

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Política Industrial na Coréia do Sul:

O que o Brasil pode aprender com ela?

MARINA DO COUTO ROSA LIUZZI

NELSON MARCONI

São Paulo - SP

2019

Política Industrial na Coreia do Sul:

O que o Brasil pode aprender com ela?

Resumo

[INTRODUÇÃO] Esse artigo analisa o processo de desenvolvimento da Coreia do Sul, com foco na política industrial sob a ótica do Novo Desenvolvimentismo. Busca também, argumentar que um modelo de Estado disciplinador foi primordial na garantia de reciprocidade entre público e privado. Somado a isso, o crescimento voltado às exportações, a garantia de um ambiente macroeconômico favorável à indústria e a escolha de setores estratégicos. Com isso, busca encontrar alternativas para o desenvolvimento Brasileiro, bem como compreender como ambos países alcançaram resultados tão díspares no âmbito de suas estratégias de *catching up* e quais erros e acertos foram empreendidos. [METODOLOGIA] Para a realização deste estudo, foi utilizada uma ampla revisão bibliográfica nas temáticas do novo desenvolvimentismo, desenvolvimento, estudos específicos do caso sul coreano e estudos comparativos sobre América Latina e Leste Asiático. Além disso, foram utilizados dados secundários disponibilizados por organizações internacionais e outros tantos utilizado no âmbito de publicações de outros autores. A ótica que permeia toda a análise realizada no estudo é a do Novo Desenvolvimentismo, teoria encabeçada por Bresser-Pereira e Marconi, que figura como vanguarda dentre as teorias desenvolvimentistas e busca traçar uma alternativa para os países em desenvolvimento. São aspectos chave desta teoria a defesa de uma estratégia *export-led*, o cuidado com o câmbio competitivo para as indústrias, a defesa da responsabilidade fiscal e cambial, bem como a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento. [RESULTADOS] Utilizando este arcabouço para analisar a trajetória sul coreana foi possível identificar quais foram os aspectos chave responsáveis por seu sucesso, bem como os principais erros na condução da estratégia brasileira de desenvolvimento. No caso coreano, foi alcançado um modelo de Estado disciplinador responsável por garantir a reciprocidade entre público e privado, penalizando baixas performance e concedendo subsídios e outras garantias apenas aqueles que cumprissem metas de exportação e produtividade. Contaram também, com uma estratégia *export-led*, que logrou a competitividade das empresas coreanas no mercado internacional. Além disso, garantiram um ambiente macroeconômico que permitiu o florescimento de sua indústria, com um discricionário uso de desvalorizações cambiais responsáveis por garantir a competitividade da indústria. No caso do Brasil, por outro lado, figuram como principais erros: i) a perseguição de uma Política de Substituição de Importações baseada em poupança externa e a insistência em uma estratégia voltada para o mercado interno; ii) a ausência de políticas disciplinadoras, que penalizava más performances e premiava as boas; iii) uma estratégia de desenvolvimento pautada em empresas estatais; e, mais recentemente iii) o descuido com o câmbio - cuja deliberada sobreapreciação crônica vem destruindo a industrialização conquistada até 1980. Essas escolhas no conduzir da estratégia de desenvolvimento coreana e brasileira, foram responsáveis pelo resultado tão desigual que os dois países alcançaram: a Coreia foi bem sucedida na realização do *catching up* enquanto o Brasil sucumbiu em uma condição de renda média.

Palavras-chaves: Coreia do Sul, Brasil, Política Industrial, Desenvolvimento, Novo Desenvolvimentismo.

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 - PIB per capita (U\$ corrente)	10
Gráfico 2 - Crescimento do PIB (% anual)	11
Gráfico 3 - Valor adicionado da indústria (% do PIB)	12
Gráfico 4 - Coréia do Sul - Participação nas exportações segundo intensidade tecnológica	13
Gráfico 5 - Brasil - Participação nas exportações segundo intensidade tecnológica	14
Gráfico 6 - Coréia do Sul - Participação nas importações segundo intensidade tecnológica	15
Gráfico 7 - Brasil - Participação nas importações segundo intensidade tecnológica	16
Tabela 1 - Indústria, valor adicionado por trabalhador (corrente 2010 U\$)	17
Tabela 2 - Os 10 maiores chaebols dos anos 1950 aos anos 2000	22
Gráfico 8 - Ciclos de apreciação na América Latina e Sudeste Asiático	23
Gráfico 9 - Desvalorização e Crescimento Econômico na Coréia do Sul	24
Gráfico 10 - Momento da Desvalorização e Aceleração do Crescimento	25
Gráfico 11 - Participação de Manufaturados nas Exportações e no PIB	28
Gráfico 12 - Taxa real de câmbio (R\$/US\$) - em reais a preços de janeiro de 2017	27

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DESENVOLVIMENTISMO	6
2.1 O Novo Desenvolvimentismo	7
3. BRASIL E CORÉIA DO SUL: TÃO DIFERENTES AFINAL?	10
4. O SUCESSO SUL-COREANO	16
4.1. Contextualização histórica	16
4.2. A controvérsia em torno do sucesso	16
4.3. Política industrial: escolhas setoriais	18
4.4. Punições e incentivos: subsídios, tarifas e incentivos	18
4.5. Ambiente macroeconômico favorável à industrialização	20
5. POR QUE TÃO DIFERENTES?	24
BIBLIOGRAFIA	28

1. INTRODUÇÃO

Através dessa pesquisa, pretende-se compreender e encontrar caminhos para o desenvolvimento econômico e industrial. Buscar-se-á, por meio de experiências de sucesso na Coreia do Sul, entender o que pode ser aplicado no Brasil. Tendo em vista o alarmante cenário de desindustrialização precoce, é de extrema importância e relevância pensar em meios e caminhos para que o Brasil retome sua competitividade no comércio internacional, bem como seu crescimento econômico. A pesquisa pretende entender de que maneira podemos estabelecer em nosso país um modelo de Estado empreendedor, que assuma riscos, empreenda em setores estratégicos e crie mercados (Mazzucato, 2013), gerando novas tecnologias e assumindo proeminência no cenário internacional. Trata-se de advogar pela construção de vantagens comparativas e de buscar maneiras de se reposicionar na Divisão Internacional do Trabalho. Além disso, o desenvolvimento econômico pretendido, consiste no cerne, em viabilizar o aumento a renda *per capita*, bem como dos salários reais e a qualidade de vida.

De início vale ressaltar que é de suma importância contextualizar historicamente o acometimento asiático, enfatizando que o intuito do presente trabalho não é transpor o que foi lá empreendido para o Brasil. Entretanto, há de se reconhecer o surpreendente sucesso da Coreia e dele tirar lições. Além disso, é importante ressaltar que muitos aspectos da política industrial e de desenvolvimento realizadas foram extremamente autoritários e antidemocráticos. Esses são tanto inviáveis quanto indesejáveis de serem realizadas no contexto brasileiro. Nesse sentido, põe-se em questionamento se as medidas tomadas na Coreia do Sul seriam possíveis de serem empreendidas sob regimes democráticos. Acontecimentos históricos apontam que ambos são compatíveis e que há de se traçar um caminho que perpassasse necessariamente pelos ritos políticos e democráticos. Em suma, podemos inferir que, apesar de indesejabilidade de medidas antidemocráticas, é nítida a centralidade de uma autoridade e um Estado forte para o sucesso de uma política de desenvolvimento.

Compreendendo que o desenvolvimento de um país é um processo multifacetado, se faz necessário esclarecer que o escopo dessa pesquisa se ateve reduzido a política industrial empreendida na Coreia do Sul. A despeito disso, o debruçar sobre a experiência coreana permite tecer uma série de aprendizados que transcendem o tópico da política industrial *stricto sensu* e nos permite inferir sobre temas mais amplos como a organização do capitalismo e a atuação do Estado.

2. DESENVOLVIMENTISMO

De maneira geral o capitalismo pode se organizar de duas formas: desenvolvimentismo e liberalismo. O desenvolvimentismo se coloca como uma alternativa oposta ao liberalismo econômico porque, em seu âmago, difere dele ao conceder o papel proeminente de coordenação do capitalismo ao Estado, que deve agir em uma fina sintonia com o mercado. Já o liberalismo, celebra a primazia do mercado (Bresser-Pereira, 2017). De um lado, advoga-se que a estrutura produtiva assume um papel de grande relevância para o desenvolvimento econômico e que caberia ao Estado os esforços necessários a sofisticá-la, direcionando a produção para uma sorte de setores. Do outro, assume-se que a intervenção estatal é indesejável, de modo que caberia ao mercado alocar a produção para os setores mais eficientes.

Um debruçar sobre experiências passadas, demonstra que a tentativa por parte dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos de empreender um desenvolvimento orientado pelo mercado tem encontrado severas barreiras. Entre elas a ausência de empreendedores industriais, má distribuição de renda, prevalectimento de atividades especulativas e o medo da competição imposta por produtos importados são fatores limitantes (Chung, 1990). Em suma, pode-se apontar que o mercado, no caso desses países, apresenta diversas falhas e não funciona de modo a suportar um desenvolvimento sustentado.

Entretanto, como frisado por Bresser-Pereira (2016), é preciso distinguir o desenvolvimentismo enquanto ocorrência histórica e enquanto teoria econômica. O primeiro, se desenha - como apontado acima - como uma forma de organização do capitalismo, que teve seus auges e declínios ao longo da história. Já no segundo caso, se tratam de teorias que intentam explicar o processo de desenvolvimento dos países como é o caso do desenvolvimentismo clássico, do estruturalismo latino-americano e do novo-desenvolvimentismo.

Dentre o rol de teorias desenvolvimentistas, o desenvolvimentismo clássico, fundado sobre os trabalhos de Rosenstein-Rodan (1943) e Arthur Lewis (1954) é uma escola de pensamento fundada nos anos 1940 após a Grande Depressão. Em seu arcabouço teórico busca traçar uma alternativa de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos.

No âmago dessa discussão a industrialização forja-se como condição crucial ao desenvolvimento. Tal teoria foi difundida na América Latina sob o rótulo de estruturalismo latino-americano e tem como expoentes sobretudo os autores da CEPAL. No âmbito das teorias cunhadas pelos autores cepalinos Raul Prebisch (1949) e Celso Furtado (1961), defende-se que o desenvolvimento econômico necessita de um movimento na direção de uma mudança

estrutural. Isto é, se faz necessária a sofisticação do tecido produtivo no sentido da industrialização. Há nessa teoria um contraponto ferrenho à teoria ricardiana das vantagens comparativas e advoga-se que cabe - e é necessário - aos países produzirem suas próprias vantagens comparativas, alterando suas posições na Divisão Internacional do Trabalho, que em sua forma original constitui uma hierarquia entre as nações (Evans, 1995).

A despeito da pungência das teorias desenvolvimentistas, a crise da dívida externa na América Latina se impôs como o marco de sua decadência. Tendo afetado quase a totalidade dos países latino americanos, a crise deu início à instituição de políticas neoliberais em todo o continente endossadas por organizações internacionais que remontam ao acordo de Bretton Woods, são elas o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O Leste Asiático, por sua vez não afetado na mesma magnitude pela alta dos juros norte-americano e nem fielmente submetido às medidas austeras, passou a contar com casos de emulação de sucesso. Os assim chamados ‘milagres econômico do Leste Asiático’, se constituem então como um objeto de estudo de grande interesse, dentre eles o caso da Coreia do Sul – objeto de estudo desta pesquisa – recebeu especial atenção.

2.1 O Novo Desenvolvimentismo

O pensamento econômico desenvolvimentista brasileiro atual tem como um dos seus principais expoentes a teoria novo-desenvolvimentista.

Essa teoria é fundada no bojo do keynesianismo e do estruturalismo latino americano, mas diverge de ambos ao buscar uma alternativa para países já industrializados de renda média – caso de muitos países latino-americanos, que passaram pela industrialização e agora se encontram em um estado de regressão desse desenvolvimento. Dessa forma, pode-se apontar que o keynesianismo fora uma estratégia voltada para os países já ricos, o desenvolvimentismo clássico e o estruturalismo latino-americano olhou pelos países pobres que intentavam industrializar-se e o novo-desenvolvimentismo se debruça sobre os países de renda média que passam pelo processo de desindustrialização precoce. É comum às três teorias a visão de que uma moderada intervenção estatal é necessária para garantir o desenvolvimento econômico, crescimento e emprego *pari passu* com a redução das desigualdades (Bresser-Pereira, 2018).

Em suma, o novo-desenvolvimentismo defende um projeto nacional de desenvolvimento que preze pela responsabilidade fiscal e cambial, busque a manutenção do equilíbrio dos cinco

preços macroeconômicos: salário, lucro, inflação, câmbio e juros e com isso, neutralize a doença holandesa. Além disso, posiciona-se veementemente contra o financiamento externo, sob a afirmação de que os países em desenvolvimento não necessitam de poupança externa para crescer, podendo alcançar esse empreendimento por outras vias.

No tocante ao cuidado com o câmbio, o novo-desenvolvimentismo é especialmente inovador. Deflagra a tendência cíclica de sobreapreciação cambial – a doença holandesa - nos países em desenvolvimento e o prejuízo que essa tendência gera para a competitividade da indústria nacional. Isso porque o acesso a demanda só é possibilitado ao assegurar que a taxa de câmbio esteja fluando em torno do seu equilíbrio competitivo, uma taxa de câmbio que garantiria a competitividade das empresas que fazem uso de tecnologias no estado da arte mundial (Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro, 2016).

A doença holandesa consiste na sobreapreciação crônica e cíclica da taxa de câmbio advinda da exportação de *commodities* que, ao se beneficiar das vantagens comparativas e de *booms*, podem ser lucrativamente exportadas a uma taxa de câmbio alta e nociva às indústrias (Bresser-Pereira, 2017). Dessa forma, na ocorrência da doença holandesa as indústrias, que produzem produtos mais sofisticados e oferecem os melhores empregos, são sumariamente prejudicadas. Como amplamente defendido por Bresser-Pereira, o câmbio constitui um dos cinco preços macroeconômicos - são eles: juros, salários, lucro, inflação e câmbio - e sobre ele o governo deve depositar especial atenção. Isso porque tal preço tem grande impacto na balança comercial e na indústria nacional, podendo, ao ser corretamente administrado, neutralizar a doença holandesa e constituir uma poderosa política industrial.

No que concerne a estrutura produtiva, a predominância de produtos com baixo valor agregado e com pouca sofisticação produtiva na pauta de exportações do país produz efeitos devastadores. Isso ocorre porque elas constituem de certa forma um mercado de concorrência perfeita, no qual o produtor não pode influenciar o preço de venda dos produtos, sofrendo os chamados rendimentos decrescentes. Isto é, na medida em que a produção de tais artigos se expande, a tendência é que, adicionadas mais unidades de capital ou trabalho, menos quantidades adicionais do produto são produzidas (Reinert, 1949). Além disso, a especialização dos países pobres em recursos naturais acarreta na limitação da sua capacidade de criação de empregos e abandono da produção de bens com maior valor agregados do que o das *commodities* por ele exportadas (Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro, 2016). Nesse sentido, o fortalecimento e promoção da indústria são extremamente importantes para o desenvolvimento,

visto que a produção de manufaturados implica no uso mais intenso da tecnologia, em sofisticação e em pagamento de salários maiores, incrementando a demanda agregada e gerando um círculo virtuoso (Marconi, in Barbosa et al, 2015).

Ademais, o perfil da demanda dos países desenvolvidos tem mudado e é necessário que os países desenvolvam capacidade de se adaptar a essa mudança da demanda. Ao analisar a estrutura de importações dos países da OCDE, observa-se que a importação de produtos primários foi drasticamente reduzida, enquanto produtos com maior valor adicionado obtiveram um grande aumento. As importações de maquinário e equipamento de transporte, por exemplo, aumentaram de 18,4% em 1963, para 41% em 2000 (Palma, in Cimoli et al, 2009).

O processo de desenvolvimento implica também na geração de um maior valor adicionado por trabalhador, ou seja, maior produtividade. Tal processo implica, não apenas em lucros maiores, mas em um aumento real dos salários. Tendo isso em vista, é necessário que o Estado induza a sofisticação produtiva, ou seja, direcione a produção privada para setores que geram maior valor adicionado por trabalhador (Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro, 2016). Tal processo possibilita o desenvolvimento econômico nacional, o aumento da renda *per capita* e, conseqüentemente, o aumento da qualidade de vida da população. Dessa forma, advoga-se que a sofisticação produtiva deve ser empreendida direcionando a produção para o setor da indústria.

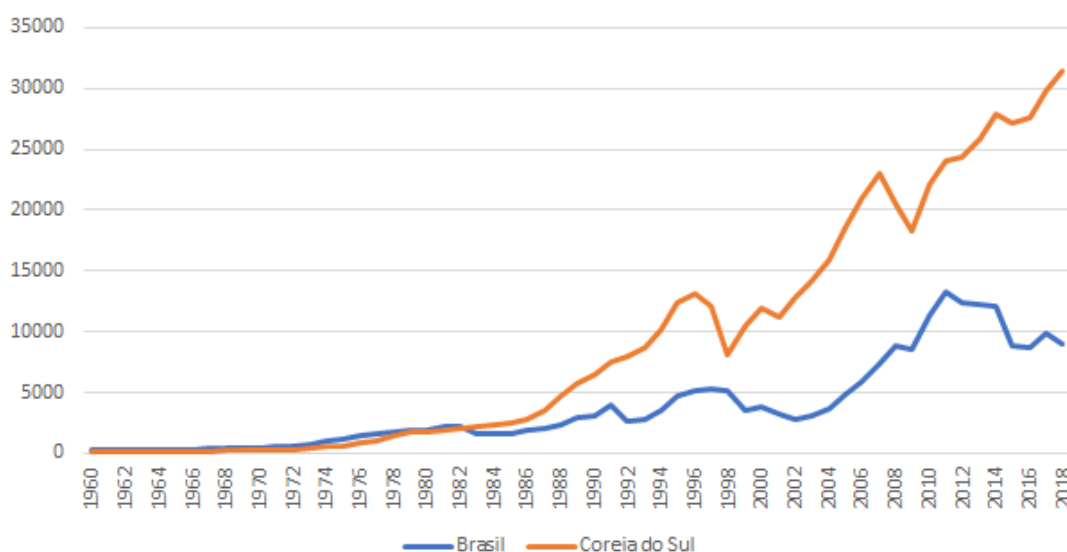
Além disso, no âmbito da teoria novo-desenvolvimentista, a estratégia de desenvolvimento implica em um direcionamento *export-led*, ou seja, voltado para a exportação baseada em manufaturas. Dessa forma, é possível que o país se aproprie da renda de fora do país e possa sair da situação primária-exportadora (Bresser-Pereira, Oreiro, e Marconi, 2016).

3. BRASIL E CORÉIA DO SUL: TÃO DIFERENTES AFINAL?

Os países em desenvolvimento tentam realizar estratégias de emulação ou *catching up*, isto é, políticas para alcançar o patamar dos países desenvolvidos. Esse grupo de países de industrialização tardia foi extensamente estudado por autores como Robert Wade (1990), que estudou a fundo o caso de Taiwan; Chalmers Johnson (1982), que se debruçou sobre o caso do Japão, e finalmente Alice Amsden (1989 e 2009), notável estudiosa do caso sul-coreano. Cada um desses países desenvolveu e aplicou distintas iniciativas que culminaram em resultados diversos.

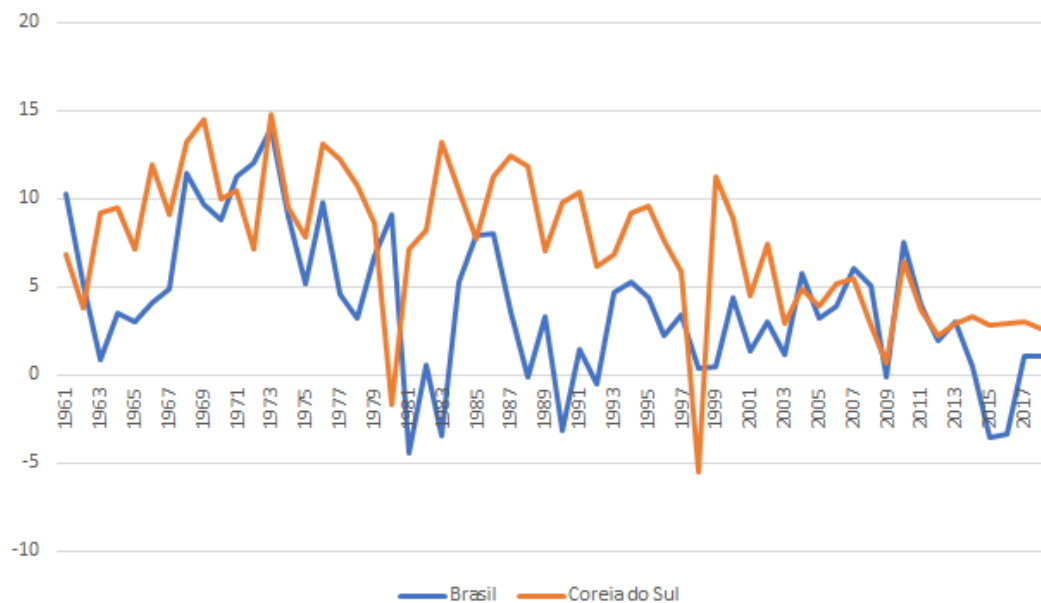
Utilizando a tipologia empregada por Alice Amsden em seu livro *A Ascensão do Resto*, tal grupo pode ser dividido ainda em duas subcategorias: os independentes e os integracionistas (Amsden, 2009). O primeiro, composto por países como Coreia do Sul, China, Índia e Taiwan, teriam confiado minimamente nos investimentos estrangeiros e buscaram investir e desenvolver tecnologias próprias. Já o segundo, que conta com Brasil, Argentina, Chile, México e Turquia como integrantes, teria confiado muito no investimento externo, no efeito transbordamento de empresas estrangeiras e contou com a compra de tecnologia estrangeira. Pretendo analisar, nessa pesquisa, Brasil e Coreia, países que se encontram no mesmo grupo de países de industrialização tardia, entretanto, na tipologia de Amsden, fazem parte de grupos distintos. Ambos países empreenderam políticas diferentes e, como observamos no gráfico abaixo, alcançaram resultados desproporcionais.

Gráfico 1 - PIB per capita (US\$ corrente)



Fonte: World Bank Data (elaboração própria)

Gráfico 2 - Crescimento do PIB (% anual)



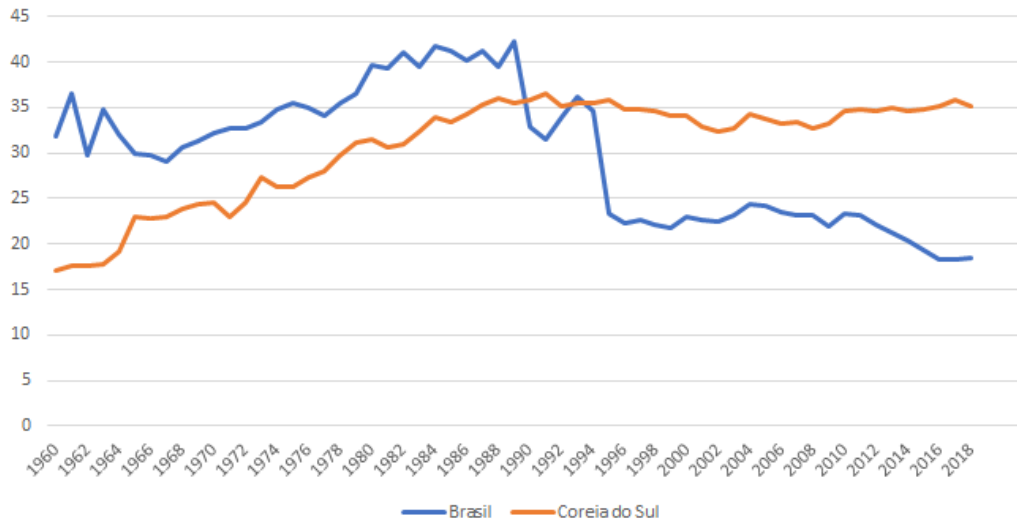
Fonte: World Bank Data (elaboração própria)

Esmiuçando a observação dos dados referentes ao aumento do PIB, no caso da Coreia do Sul pode-se notar que houve um surpreendente crescimento econômico, que se manteve acima de 4,5% por um período de quase cinquenta anos, com apenas dois anos - 1998 e 1980 - de taxas negativas e alguns anos com taxas que variaram entre 2,4% e 3,7%. O Brasil também apresentou altas taxas de crescimento, entretanto estas são incomparáveis com as taxas coreanas, que cresceu em patamares muito elevados.

3.1. Estruturas produtivas sul coreana e brasileira

Tendo em vista a relevância do setor industrial e a disparidade de resultados entre ambos os países apreciados, é relevante analisar e compreender o seu comportamento em ambas economias. Abordando a economia do Brasil, percebe-se que a indústria tem ocupado cada vez menos espaço no tocante a geração de valor adicionado. Tal processo é, como evidenciado no capítulo anterior, extremamente danoso para o país e sua economia. Por outro lado, a Coreia do Sul apresentou uma trajetória ascendente.

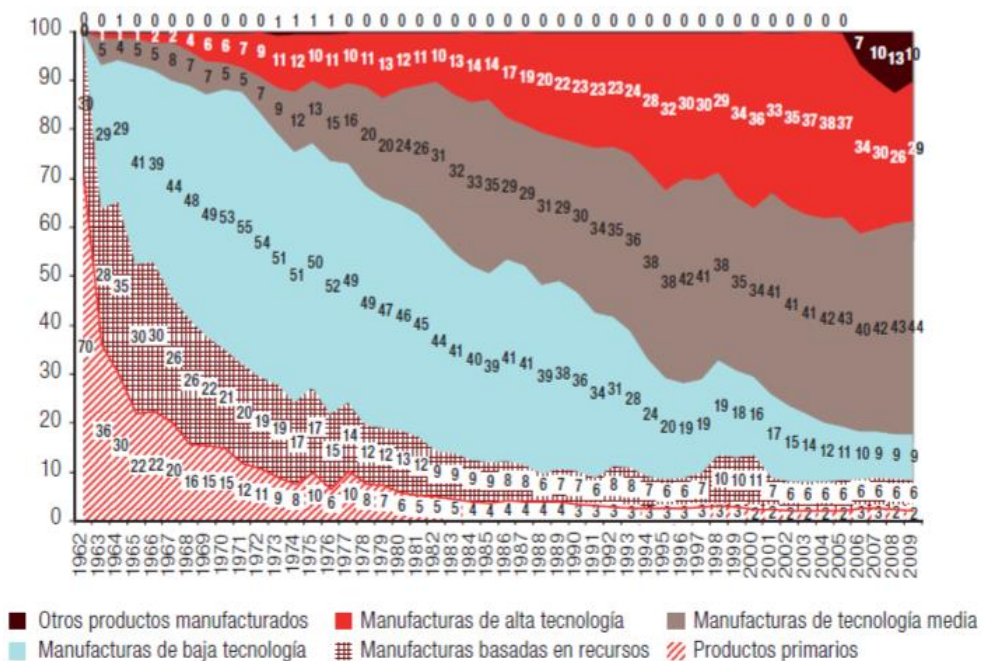
Gráfico 3 - Valor adicionado da indústria (% do PIB)



Fonte: World Bank Data (elaboração própria)

Esmiuçando tal análise, é importante observar a pauta de exportações desses países, buscando averiguar seu perfil no tocante à intensidade tecnológica. Podemos observar nos gráficos abaixo que a pauta de exportações coreana teve sua intensidade tecnológica aumentada no decorrer do tempo, sendo atualmente composta em sua maioria por produtos de média e alta complexidade.

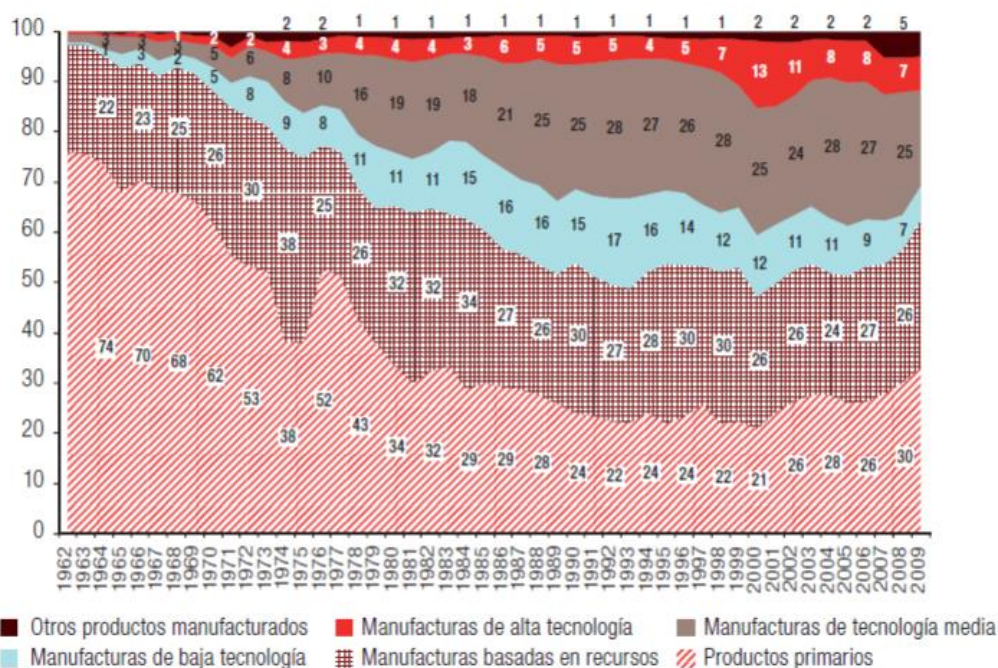
Gráfico 4 - Coreia do Sul - Participação nas exportações segundo intensidade tecnológica



Fonte: Brito et al. 2019.

A pauta de exportações brasileira, por outro lado, é composta sobretudo por produtos de primários e manufaturas baseadas em recursos naturais. Pode-se observar ainda, que tal estrutura vinha incorrendo em uma sofisticação dos anos 60 aos anos 80, entretanto, a partir dos anos 2000 tal processo passa a regredir. Conclui-se assim que o perfil da indústria brasileira é pouco intenso em tecnologia, o que corrobora para a tese de que a desindustrialização brasileira, não decorre de um movimento positivo de transformação da indústria para setores mais sofisticados, mas sim da desmobilização dos elos da cadeia produtiva que são substituídos por importações (Lacerda e Loures, 2015). Conjuntamente com o processo de desindustrialização, houve no Brasil um processo de re-primarização da pauta exportadora. Os dados exibidos evidenciam que as *commodities* sempre ocuparam e ainda hoje ocupam a maior parcela da pauta de exportações do país. Para além de todas as implicações negativas supracitadas desse fenômeno, tal primarização da pauta de exportação faz com que o país fique muito suscetível a desequilíbrios causados por fatores externos, haja vista a grande e recorrente oscilação de preços dos produtos primários.

Gráfico 5 - Brasil - Participação nas exportações segundo intensidade tecnológica

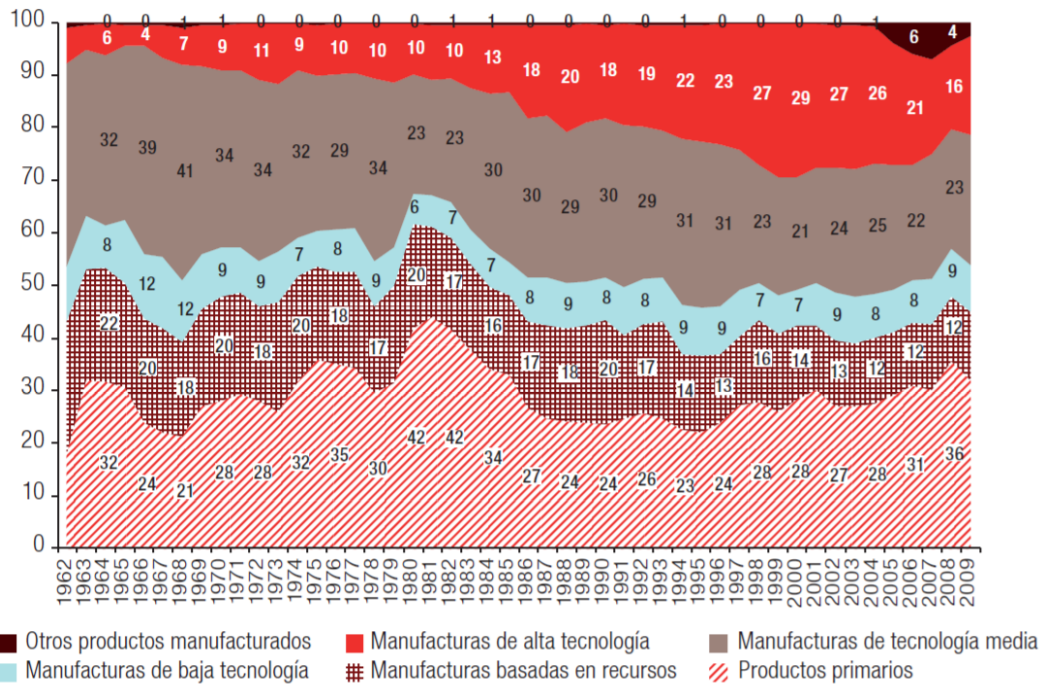


Fonte: Brito et al. 2019.

Ao observar a pauta de importações dos dois países podemos notar que estas apresentam certas semelhanças. Entretanto, é necessário averiguar as importações frente às exportações. Nesse sentido, é interessante salientar que apesar das manufaturas de alta tecnologia representam grande parte tanto das exportações quanto das importações. Isso se dá pois a produção de manufaturas tem um certo grau de

interdependência internacional, tendo em vista que seus componentes são produzidos em diversos países. Além disso, há uma tendência ao comércio entre indústrias advinda da diversificação do consumo característica das indústrias de média e alta tecnologia.

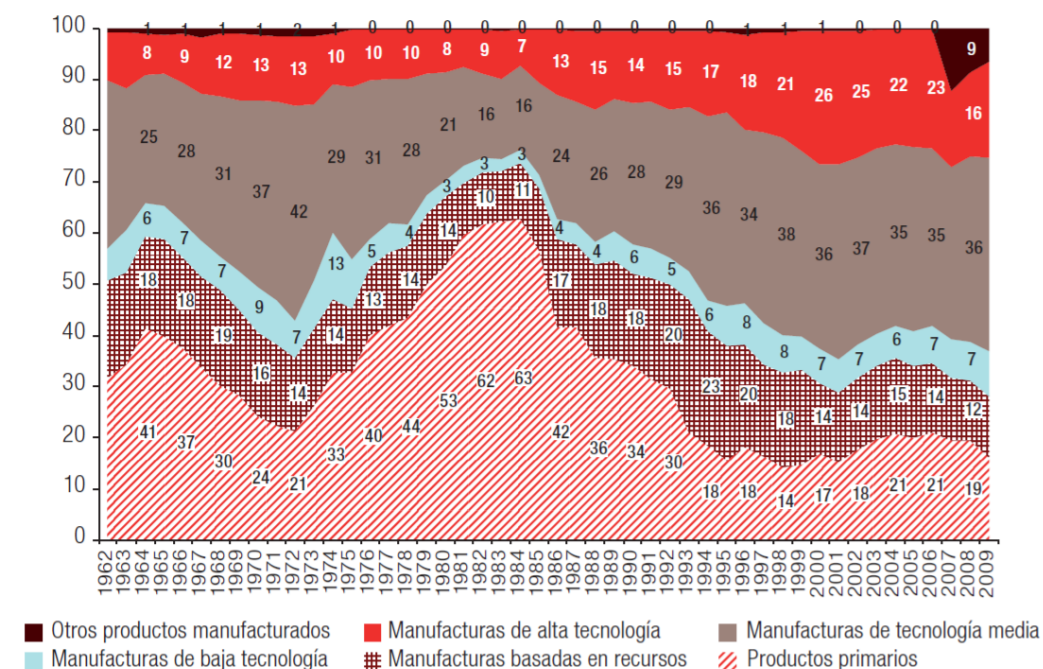
Gráfico 6 - Coréia do Sul - Participação nas importações segundo intensidade tecnológica



Fonte: Brito et al. 2019.

Por outro lado, ao se observar a pauta de importações brasileira frente a suas exportações, percebe-se que o Brasil exporta, em sua maioria, produtos primários com pouca sofisticação e baixo valor agregado, enquanto importa produtos sofisticados com alto valor agregado e tecnologia. Do ponto de vista da complexidade econômica e da estrutura produtiva, é nítido que tal composição da balança comercial é danosa, haja vista que conta, em sua maior parte, com a exportação de produtos poucos complexos e importação de produtos complexos. Tais produtos exportados, carregam pouco conteúdo de conhecimento produtivo, portanto, não contam com redes produtivas complexas e caminham na contramão do que os resultados empíricos têm apontado como caminho para o desenvolvimento (Gala, 2017).

Gráfico 7 - Brasil - Participação nas importações segundo intensidade tecnológica



Fonte: Brito et al. 2019.

Por fim, no que concerne a produtividade, podemos observar na tabela abaixo, o grande ganho no setor industrial sul coreano entre 1991 e 2016, que não apenas alcançou como superou a produtividade da indústria brasileira. Em suma, pode-se dizer que a estrutura produtiva brasileira regrediu e foi acometida por grandes perdas de produtividade e sofisticação, enquanto na Coreia do Sul houve um grande desenvolvimento no sentido oposto. Nesse sentido, cabe analisar quais as fontes do sucesso sul-coreano e dele procurar abstrair lições.

Tabela 1 - Indústria, valor adicionado por trabalhador (corrente 2010 U\$)

	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Coreia do Sul	184,69	264,25	373,10	499,67	645,43	685,40
Brasil	278,37	275,16	255,99	242,95	271,30	252,98
Razão (COR/BR)	0,66	0,96	1,46	2,06	2,38	2,71

Fonte: World Bank Data (com cálculos do autor)

4. O SUCESSO SUL-COREANO

4.1. Contextualização histórica

Para compreender o sucesso da Coreia do Sul e sua estratégia de desenvolvimento de maneira adequada, se faz necessária uma breve contextualização histórica. Um debruçar sobre a história da Coreia demonstra a capacidade do país em realizar o *catch up* a despeito da conturbação política que marcou sua história.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 a vitória dos Aliados sobre o Eixo, implicou na derrota do Japão e a independência da Coreia. Entretanto, a política da Guerra Fria impediu que a Coreia seguisse como um país uno, isto é, em 1948 houve o estabelecimento de dois governos separados: Coreia do Norte e Coreia do Sul, comandados pelos líderes Kim Il Sung e Syngman Rhee e apoiados pela potência soviética e norte americana respectivamente. O estabelecimento de dois países independentes não demorou para ser perturbado, quando em 1950 a tentativa do Norte de incorporar toda a península sob o seu regime culmina no início da Guerra das Coreias, conflito que se arrasta por três anos até que o armistício é assinado. Em 1960, o governo sul coreano de Rhee é surpreendido por uma insurreição estudantil, que culmina em sua renúncia e na posse de Chang Myon. Após meses de instabilidade, um golpe liderado pelo General Park Chung Hee é responsável por derrubar o governo de Chang. Park, responsável pelo período de maior pungência da Coreia do Sul e sua era industrializante, governou até ser assassinado em 1979. O assassinato é sucedido por uma grande instabilidade política, que culmina - no mesmo ano - em mais um golpe militar, comandado pelo General Chun Doo Hwan. O governo de Chun é marcado por ser altamente violento e despótico e tem seu fim em 1987. As eleições do ano seguinte marcam o início do período democrático sul coreano e tem como vencedor Roh Tae Woo.

Em suma, a Coreia passou por um longo período de dominação japonesa (1910 - 1945), seguido da ocupação do território por parte dos Estados Unidos e da União Soviética e sua divisão em dois países (1948) que experienciaram uma guerra de três anos (1950 - 1953), seguida de uma insurreição estudantil (1960) e um golpe militar (1961). Por fim, há outro golpe militar (1979) e a democracia só é estabelecida com as eleições de 1988.

4.2. A controvérsia em torno do sucesso

O empreendimento sul-coreano tem fascinado os economistas de todo o globo por anos a fio. Há, sobre esse fenômeno, uma grande disputa de narrativas. De um lado - pelo qual advogo

aqui - afirma-se que seu desenvolvimento só foi possível por meio de uma intensa política industrial setorial comandada por um Estado forte e disciplinador. Entretanto, outros defendem que a política industrial não é provida de tamanha relevância e que o desenvolvimento teria sido alcançado por uma ampla abertura comercial e implementação de políticas liberais.

A publicação dos relatórios *World Development Report* e *The East Asian Miracle* produzidos pelo Banco Mundial em 1987 e 1993 respectivamente demonstra muito bem a referida disputa de narrativas. Como apontado por Studwell (2013), o primeiro documento fez uso das trajetórias particulares de Hong Kong e Singapura - centros financeiros *offshore* - para endossar que o liberalismo teria sido responsável pelo rápido crescimento experienciado pelos países da região. Além disso, deliberadamente ignorou aspectos importantes da história econômica internacional ressaltando o trunfo das políticas liberais adotadas em países como Estados Unidos, França, Alemanha e Reino Unido. Entretanto, omitiu que tais ações foram implementadas apenas após o forte uso de política industrial e uma série de medidas protecionistas que lhes possibilitaram realizar o *catching up*. Após incorrer em enormes críticas e controvérsias o diagnóstico demasiado impreciso do Banco foi sucedido de um segundo relatório, que foi também - em menor grau - altamente controverso. Isso porque, ao mesmo tempo que busca endossar sua ideologia institucional característica da era do Consenso de Washington afirmando que o sucesso asiático foi possível por meio da implementação de medidas liberais, admite, em uma série de passagens, a forte intervenção estatal empreendida.

A contradição que permeia todo o texto do relatório foi superada por uma série de publicações subsequentes que, ao tratar dos casos de emulação desses países, apontam que isso só foi possível com a atuação forte do Estado, que disciplinou e orientou o processo de desenvolvimento (Chang, 2006; Amsden, 1989 e 2009; Rocha, 2015). Nesse sentido, Alice Amsden, precursora no estudo do caso sul-coreano com seu livro *Asia's Next Giant* publicado em 1989, destaca o relevante papel assumido pelo Estado. Dentre as características presentes no processo de desenvolvimento da Coreia do Sul explorado pela autora, houve um massivo investimento em educação, cuidado com a política macroeconômica e, sobretudo, uma estratégia clara de desenvolvimento, que visou defender os interesses nacionais e desenvolver o setor produtivo. Sua estratégia de emulação contou com a ação de um Estado intervencionista, que possibilitou e implementação das políticas necessárias.

4.3. Política industrial: escolhas setoriais

Nos entremeios de tamanhas instabilidades políticas, a Coreia do Sul foi capaz de realizar algumas grandes políticas importantes para o desenvolvimento do país. Nos anos 50, sob o governo de Syngman Rhee, foi adotado um modelo de substituição de importações, processo que contou com um amplo apoio dos Estados Unidos. Segundo Coutinho (1999 *apud* Rocha, 2015) essa política visou promover o setor de bens de consumo não duráveis através da concessão de crédito e licenças de importação, bem como a criação de grupos capitalistas nacionais por meio da privatização subsidiada de empresas. Além disso, esforços foram direcionados para a execução de uma reforma agrária e para a redução do analfabetismo e promoção da educação básica.

Com a guinada sucedida após o golpe militar que desbancou Chang Myon e empossou Park, iniciou-se um processo de planejamento estatal coordenado alinhado com uma série de objetivos claros e bem estabelecidos, que se desenhou em planos quinquenais. Tal empreendimento foi responsável por entregar um impressionante crescimento econômico, que contou com elevados níveis de investimento, possibilitou a industrialização do país e marcou a mudança para uma estratégia voltada para a promoção de exportações (Rocha, 2015).

Como sumarizado por Rocha (2015), o primeiro plano quinquenal (1962 - 1967) foi um programa de investimentos que visava superar a dependência dos Estados Unidos e a insuficiência de moeda estrangeira, bem como expandir a produção de manufaturas com incentivos para exportação. A aliança com o governo norte americano permitiu às indústrias sul coreanas uma penetração mais fácil em seu mercado, que foi liderada pelo setor têxtil e outras manufaturas leves. O segundo plano (1967 - 1971), por sua vez, reforçou a estratégia de crescimento *export-led* empreendida pelo governo. O terceiro plano (1971 - 1976) foi responsável pela transição para as industriais mais pesadas e a química. Para tanto, duas instituições importantes foram criadas: o Fundo de Investimento Nacional criado em 1973, responsável por financiar o crescimento desses setores e o crescimento das exportações, e o Eximbank Coreano criado em 1976, uma agência de crédito para exportação. Por fim, o quarto plano quinquenal (1977 - 1981) voltou-se para a consolidação de indústrias competitivas no mercado internacional, incrementando os esforços já realizados no âmbito dos planos anteriores.

4.4. Punições e incentivos: subsídios, tarifas e incentivos

As empresas sul coreanas receberam grandes empréstimos, que foram concedidos sempre vinculados ao aumento da produtividade; bem como puderam vender em um mercado interno

protegido desde que assumissem o compromisso exportador. Em troca do forte suporte governamental, as empresas foram submetidas a algumas formas de controle geral, dentre elas cabe destaque às seguintes: i) Orientação dos *chaebols* para a acumulação de capital ao invés da financeirização através de um sistema bancário nacionalizado; que possibilitou outras três; ii) Limitação do número empresas autorizadas a atuar em cada setor, determinando a elas o quê, quando e como produzir. iii) Controle de preços; e iv) Controle de capital. Em suma, alcançaram um modelo de Estado disciplinador, que penalizou baixas performances e premiou altas, sempre visando a reciprocidade entre iniciativa pública e privada (Amsden, 1989). Além disso, a política empreendida focou em certos setores, de modo a definir prioridades e selecionar setores estratégicos que contaram com grandes incentivos à tecnologia e à inovação, por meio de altos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e subsídios.

Uma das grandes diferenças entre o processo de industrialização sul-coreano e brasileiro foi a nacionalização do sistema bancário no primeiro caso. Tal façanha permitiu à Coreia maior discricionariedade no direcionamento dos recursos de crédito, que eram direcionados sobretudo para os setores industriais via *Korean Development Bank*, Eximbank e o *Korea Long-Term Credit Bank*. No que diz respeito ao direcionamento de recursos como crédito, a Coreia do Sul orientou esses incentivos para os chamados *chaebols*, conglomerados empresariais centralizados sob o comando de algumas poucas famílias.

A despeito dessa aparente relação espúria entre setor público e privado, tais incentivos se deram sob um rígido controle de metas. Sucintamente, um dos aspectos-chave de maior relevância no desenvolvimento sul-coreano foi a reciprocidade entre público e privado. Como apontado por Amsden (1986), as empresas financiadas com recursos estatais o tinham em troca de um compromisso exportador e de ganho de produtividade. Tais alvos, quando não atingidos, acarretavam em severas punições às empresas, podendo ser deixadas ao léu quando mal administradas ou em falência. Sem socorro do Estado, este até mesmo incentivava a aquisição dessas empresas por outras firmas melhor administradas (Amsden, 1989 *apud* Rocha, 2015). Do ponto de vista do monitoramento o Estado sul coreano foi muito bem sucedido, o que é muito claro ao averiguar a atividade da Associação de Exportação e do Conselho de Exportações. Enquanto a primeira era capaz de aferir as exportações e a atividade portuária a cada hora, o conselho se encontrava mensalmente para avaliar o desempenho das empresas e discutir medidas para melhorá-lo (Schneider, 2015).

Do ponto de vista da economia política, o asseguramento de uma política industrial pautada na reciprocidade só foi possível por conta do arranjo institucional alcançado, que contou com um balanceado equilíbrio de poder entre os *chaebols* e o Estado. Ou seja, para que o Estado pudesse estipular metas de performance e exportação de maneira adequada, avaliando pragmaticamente e punindo aquelas empresas que não as atingisse, foi preciso que esse balanço de poder impedisse as empresas ineficientes de proteger seu subsídio a despeito de uma baixa performance (Khan e Blankenburg in Cimoli et al, 2009). No bojo da teoria Novo Desenvolvimentista um arranjo institucional equilibrado assume um papel de extrema importância, Bresser-Pereira (2014) aponta a impossibilidade de realizar um projeto nacional de desenvolvimento sem a anuência e colaboração de uma coalizão formada por empresários e a burocracia pública de alto escalão.

Tabela 2 - Os 10 maiores *chaebols* dos anos 1950 aos anos 2000

Rank	Late 1950s	Mid-1960's	1974	1983	1990	1995	2000
1	Samsung	Samsung	Samsung	Hyundai	Hyundai	Hyundai	Hyundai
2	Samho	Samho	LG	Samsung	Daewoo	Samsung	Samsung
3	Gaepung	LG	Hyundai	Daewoo	Samsung	Daewoo	LG
4	Daehan	Daehan	Hanjin	LG	LG	LG	SK
5	LG	Gaepung	Ssangyong	Ssangyong	Ssangyong	SK	Hanjin
6	Tongyang	Samyang	SK	SK	Hanjin	Ssangyong	Lotte
7	Keukdong	Ssangyong	Hanhwa	Hanhwa	SK	Hanjin	Daewoo
8	Hankook Glass	Hwashin	Daenong	Hanjin	Hanhwa	Kia	Kumho
9	Donglip	Panbon	Dong-Ah Const.	Kukje	Daelim	Hanhwa	Hanhwa
10	Taechang	Tongyang	HanilSyn. Textile	Daelim	Lotte	Lotte	Ssangyong

Fonte: Lim, 2010 *apud* Rocha, 2015.

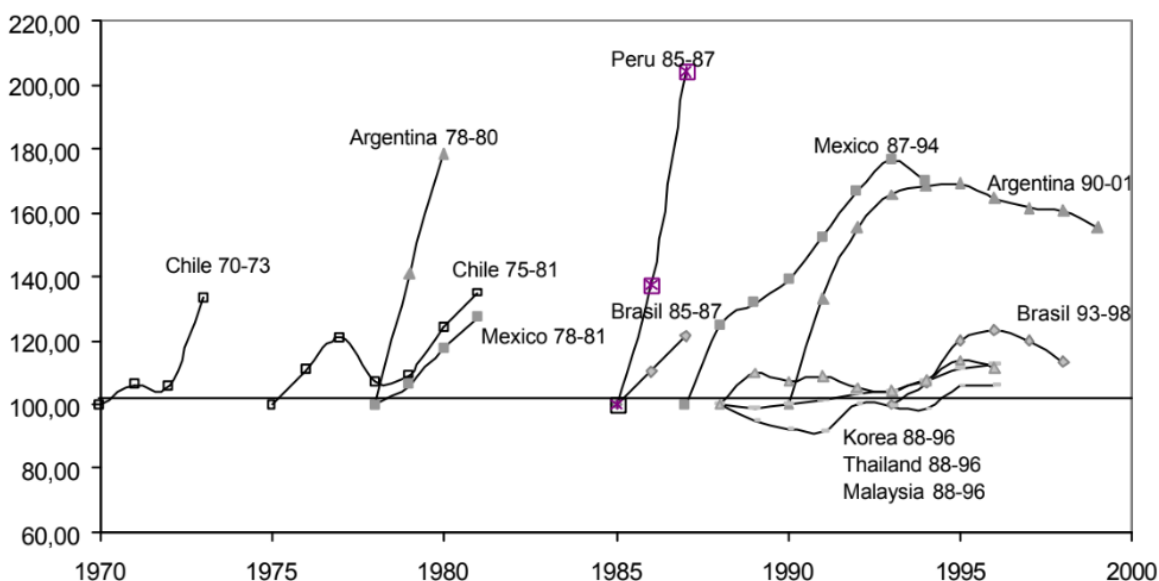
4.5. Ambiente macroeconômico favorável à industrialização

Tendo em vista a relevância da taxa de câmbio, preço macroeconômico cuja administração correta é condição necessária - porém, não suficiente - para o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento, levando também em consideração a tendência a sobreapreciação crônica característica desses países, cabe analisar como sua administração sucedeu no caso da Coreia do Sul. Além disso, como enfatizado por Gala (2006) um dos poucos pontos de convergência na polêmica discussão sobre se foram políticas liberais ou seu exato

oposto as responsáveis pelo empreendimento sul coreano é a importância da estabilidade macroeconômica para tal processo.

Os ciclos cambiais analisados por Gala (2006) a partir de dados de taxa de câmbio real efetivo de Easterly (2001) comprovam essa tendência de ciclos de apreciação na América Latina e de depreciação na Ásia. O autor identificou ciclos de apreciação cambial quando uma sequência de 'n' anos nos quais o câmbio real médio é superior a 'x%' em relação a um ano base. Foram feitos testes em uma amostra de 10 países para cada continente para i) uma sequência de 3 anos, com apreciação média de 30%; ii) uma sequência de 4 anos, com apreciação média de 30%; e iii) uma sequência de 3 anos, com apreciação média de 15% nos quais foram encontrados respectivamente os seguintes ciclos de sobreapreciação: i) 9 para a América Latina e 2 para a Ásia; ii) 11 para a América Latina e 2 para a Ásia; e iii) 59 casos para a América Latina e 15 para a Ásia.

Gráfico 8 - Ciclos de apreciação na América Latina e Sudeste Asiático



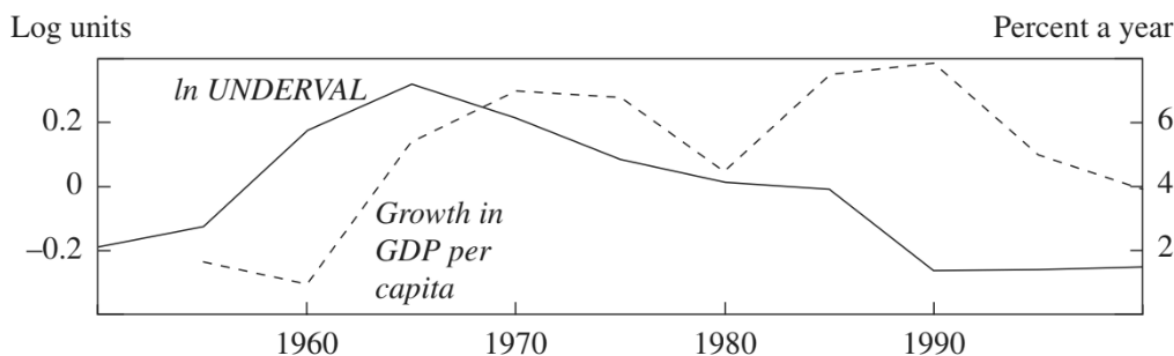
Fonte: Gala, 2006 (a partir de dados de Easterly, 2001)

A literatura aponta uma abismal diferença entre o empreendido na América Latina e no Leste Asiático. Enquanto na primeira predominaram práticas calcadas na Política de Substituição de Importações que implicou em um forte viés de apreciação cambial, no segundo houve uma constante preocupação na manutenção de câmbios competitivos vinculada a uma estratégia *export-led* (Gala, 2006). A atuação do Banco Central sul coreano seguiu este padrão,

isto é, houve esforços deliberados de intervenção no mercado cambial para estabilizar a moeda e garantir a manutenção da competitividade das exportações (Rhee e Song, 1999 *apud* Gala, 2006). Apesar desses esforços, em parte dos anos 80 e 90 houve uma certa dificuldade de manter o won depreciado por conta dos intensos fluxos de capitais oriundos do ótimo desempenho exportador. Em suma, os ciclos de apreciação latino americanos estão estritamente associados ao populismo cambial e programas de estabilização e os ciclos - mais leves - de apreciação de países do sudoeste asiático estão estritamente relacionados com seu sucesso exportador e frequentes períodos de superávits em suas contas correntes (Gala, 2006).

Em consonância com o enunciado acima, o artigo publicado por Dani Rodrik (2008) demonstra que a desvalorização da moeda estimula o crescimento - em especial no caso de países em desenvolvimento. Como podemos observar no gráfico abaixo, no qual compara-se uma medida de desvalorização cambial elaborada pelo autor com a taxa de crescimento do PIB *per capita* para o caso da Coreia do Sul, o período de grande crescimento da década de 60 foi acompanhado por um aumento na desvalorização do won e a desaceleração no crescimento foi precedida de uma valorização. O índice de desvalorização cambial elaborado pelo autor consiste resumidamente na correção do efeito Balassa-Samuelson na taxa de câmbio real, isto é, o ajusta os preços relativos dos *tradables* para *non tradables* uma vez que o preço relativo dos *non tradables* tende a aumentar conforme um país enriquece.

Gráfico 9 - Desvalorização e Crescimento Econômico na Coreia do Sul

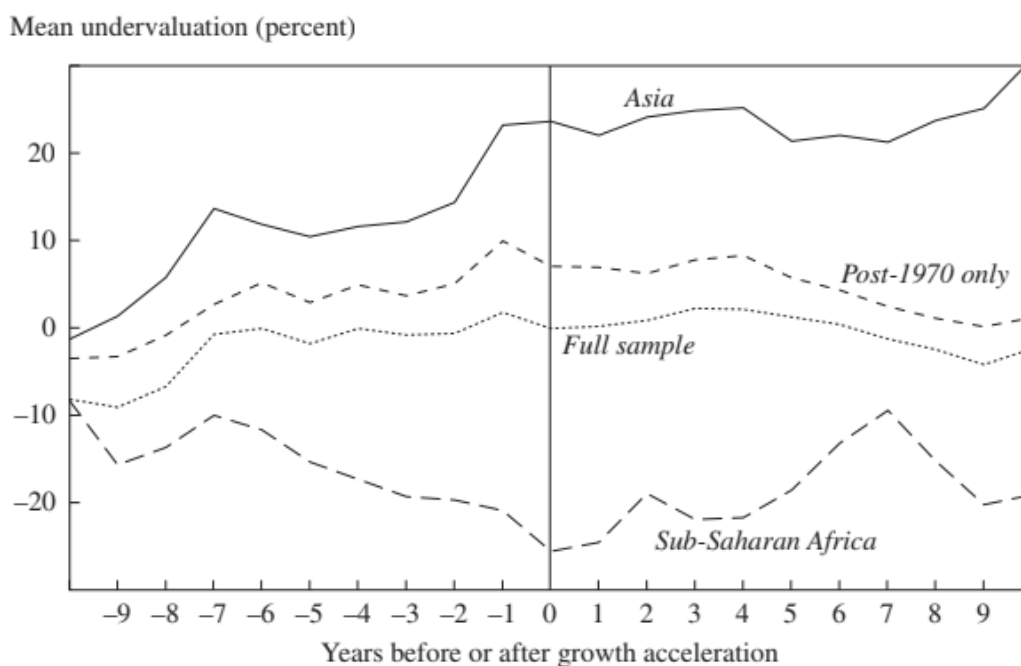


Fonte: Rodrik, 2008.

Ao testar a correlação entre desvalorização cambial e crescimento para grupos de países, os resultados comprovam a relação no caso de países em desenvolvimento e se mostram quase irrelevantes no caso de países desenvolvidos. Observando casos notáveis de rápido crescimento o efeito da desvalorização se mostra ainda mais nítido e se revela com especial papel em alguns subgrupos. No gráfico abaixo, foram considerados períodos de crescimento nos quais o crescimento anual do PIB aumentou 2 pontos percentuais ou mais e se manteve sustentado por

pelo menos 8 anos¹, o autor apontou os valores médios de desvalorização nos 10 anos que precederam e sucederam o ano da aceleração de crescimento nos episódios de crescimento de cada dos grupos de países considerados. Como resultado observa-se que os países asiáticos incorreram em uma desvalorização de mais de 20 por cento quando a aceleração do crescimento iniciou, isso demonstra um padrão mais acentuado da tendência no casos desse subgrupo (Rodrik, 2008).

Gráfico 10 - Momento da Desvalorização e Aceleração do Crescimento



Fonte: Rodrik, 2008.

Além disso, o artigo traz evidências de que a desvalorização acarreta em um aumento na parcela de *tradables non-commodities* na economia, especial na indústria. Isso porque o aumento no preço relativos dos *tradables non-commodities* funciona como um mecanismo para aliviar as distorções do setor, que sofre mais no que concerne a fraquezas institucionais e falhas de mercado características de países em desenvolvimento (Rodrik, 2008). Esse argumento reforça o que é obstinadamente enunciado por Bresser-Pereira em diversas publicações, que aponta os efeitos deletérios da sobreapreciação cambial e seus impactos destrutivos na indústria.

¹Os dados desses períodos de crescimento foram calculados por Hausmann, Pritchett e Rodrik, 2005 *apud* Rodrik, 2008.

5. POR QUE TÃO DIFERENTES?

Observar o processo de desenvolvimento em perspectiva comparada é sempre um exercício muito interessante, uma vez que permite a apreciação dos diversos modelos implantados e o reconhecimento de boas práticas. Essa sorte de comparação é especialmente intrigante quando comparados países que alcançaram resultados tão distintos na tentativa de realizar o *catching up*, como é o caso do Brasil e da Coreia do Sul. Além disso, os milagres vivenciados por alguns dos países asiáticos representam um contrafactual empírico que desmonta as receitas liberais e colocam em cheque as prescrições feitas pelas organizações econômicas internacionais e países já desenvolvidos. Dessa forma, o estudo da política industrial coreana se mostrou satisfatório.

No que concerne às similaridades entre os países, a primeira vista, ambos os parecem compartilhar algumas afinidades. Entre as similaridades nota-se que ambos, tiveram a presença de duros períodos de regimes militares baseados em planos nacionais de desenvolvimento, cujo objetivo era industrializar os países. Além disso, os dois países partiram de patamares muito semelhantes em termos de riqueza, qualidade de vida e desenvolvimento, isto é, ambos eram países pobres na década de 50.

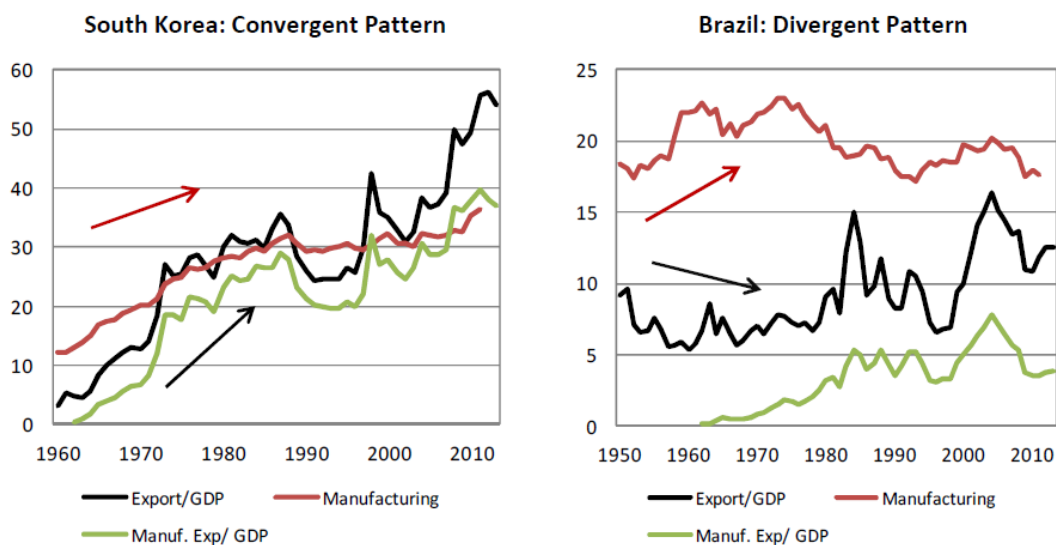
É evidente que algumas das principais divergências entre o empreendido nesses países se deram por contingências históricas e escolhas erradas feitas no passado distante. Entre elas, a que mais abalou a economia brasileira e impôs um abismal atraso em relação aos outros países de industrialização tardia foi a crise da dívida externa. Entretanto, algumas tantas escolhas executadas no conduzir da estratégia de desenvolvimento brasileiro e outras tantas escolhas erradas adotadas no passado mais recente distanciam a experiência brasileira da coreana e, muitas vezes, consistiram em uma persistência no erro. Entre elas destacam-se i) a persecução de uma Política de Substituição de Importações baseada em poupança externa e a insistência em uma estratégia voltada para o mercado interno; ii) a ausência de políticas disciplinadoras, que penalizava más performances e premiava as boas; iii) uma estratégia de desenvolvimento pautada em empresas estatais; e, mais recentemente iii) o descuido com o câmbio - cuja deliberada sobreapreciação crônica vem destruindo a industrialização conquistada até 1980.

A Política de Substituição de Importações no Brasil, datada de 1929 até 1980, buscou atingir o crescimento econômico e a industrialização suprindo internamente a demanda por bens antes importados. Devido a falta de poupança interna, tal política baseou-se no financiamento

externo, de modo a acarretar um feroz aumento da dívida externa indexada aos juros internacionais. Com os choques do petróleo e as crises que os sucederam, houve o aumento dos juros norte-americano e conseqüentemente um impacto no mesmo sentido ocorreu na taxa de juros internacional. Assim, com o contínuo crescimento da dívida externa, houve o desencadeamento de uma grave crise financeira seguida de uma grande estagnação e alta da inflação inercial que reverberou durante os anos seguintes. Como apontado por Rocha (2015), a Coréia também fez uso da poupança externa e, portanto, foi afetada pelo ambiente adverso criado pelos choques do petróleo, entretanto, lidou de melhor maneira com os esses choques externos. Apesar de ter se utilizado de uma Política de Substituição de Importações nos anos 1950, esta foi abandonada na década seguinte e substituída por planos voltados para exportações. Além disso, a estratégia de desenvolvimento lá empreendida era muito menos dependente do financiamento externo, de modo que a alta dos juros internacionais teve menor impacto deletério. Por fim, no decorrer da crise da dívida externa, enquanto o Brasil cedeu às políticas neoliberais incentivadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, a Coréia não embarcou nessa agenda. Enquanto sucumbíamos na década perdida, o Leste Asiático persistiu com uma forte coordenação por parte do Estado que expandiu sua estrutura produtiva e investiu no desenvolvimento de alta tecnologia.

A adoção de uma estratégia voltada para as exportações impõe um padrão de competitividade para as empresas nacionais mais alto do que no caso de uma estratégia voltada para o mercado interno. Nesse sentido, as empresas sul coreanas tiveram sua competitividade atestada com maior agressividade ao serem forçadas ao pacto exportador. Assim, puderam usufruir de um mercado interno protegido apenas enquanto estivessem comprometidas com as exportações. Por outro lado, às empresas brasileiras foi concedido o privilégio de usufruir de um mercado interno continental protegido sem a contrapartida exportadora. Como é possível observar a partir do gráfico abaixo extraído de Rocha (2015) a Coréia apresenta uma trajetória convergente, isto é, ao longo do tempo a participação das exportações no PIB, a produção de manufaturados e a participação da exportação de manufaturados no PIB crescem com trajetórias alinhadas. Já no caso brasileiro, foco no mercado interno levou ao diminuto crescimento das exportações de manufaturados em relação ao PIB, que se manteve abaixo de 5% na maior parte do tempo. Além disso, o aumento da participação de manufaturados no produto nacional teve performance inversa ao crescimento das exportações de manufaturados em relação ao PIB (Rocha, 2015).

Gráfico 11 - Participação de Manufaturados nas Exportações e no PIB



Source: Elaborated by the author, using data from The Bank of Korea (BOK), World Bank, The Conference Board and Groningen Growth and Development Centre.

Note: Export/GDP = Gross exports/GDP and Manufacturing = manufacturing value added/GDP. Data are in constant 2005 US dollars.

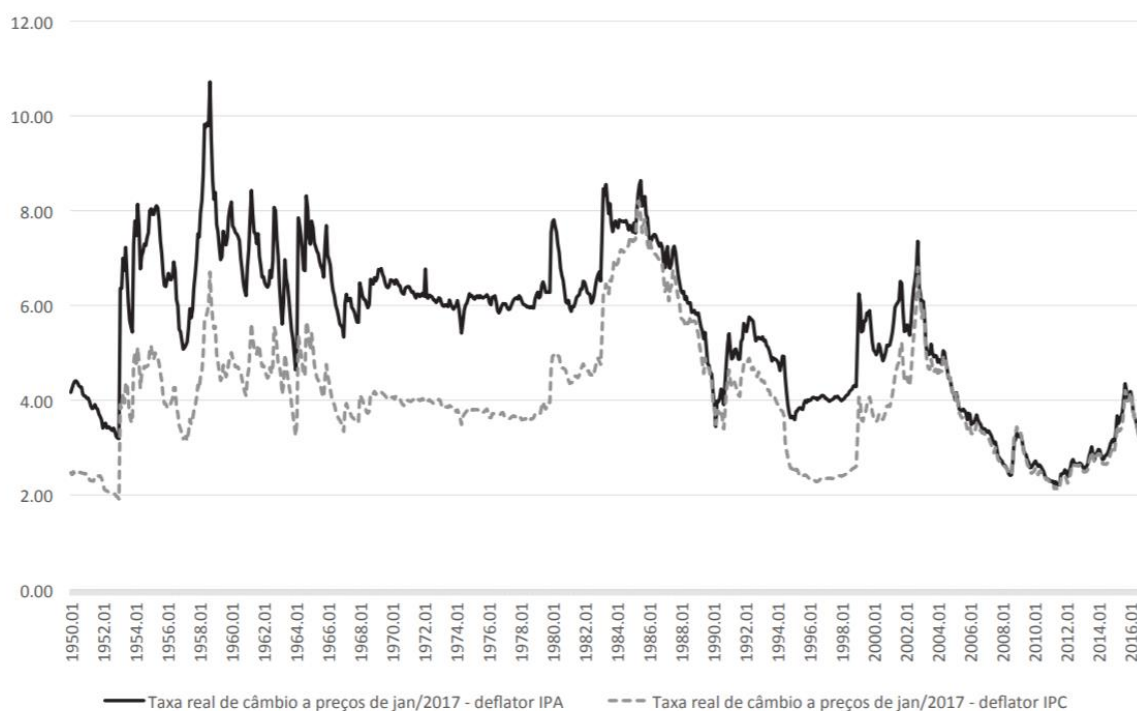
Fonte: Rocha, 2015.

A reciprocidade entre público e privado e a atuação de um Estado disciplinador é parte primordial do sucesso coreano e do Leste Asiático como um todo. Apesar do êxito brasileiro em desenvolver burocracias de ponta e alguns bolsões de eficiência, a capacidade desta burocracia para monitorar e garantir a reciprocidade foi fraca. Esse fator foi agravado pela dificuldade de mensurar o progresso no âmbito de uma Política de Substituição de Importações e por uma ausência de apoio político perene para garantir aferições rígidas por parte dos burocratas (Schneider, 2015). Nada comparável com a experiência coreana, que contou com uma forte monitoramento do desempenho e com severas punições às más performances, como já elucidado em seções anteriores. Ademais, diferentemente do empreendido na coréia, o desenvolvimento brasileiro foi caracterizado pela criação de uma grande gama de empresas estatais, que foram protagonistas nesse processo. Apesar dessa escolha não configurar *per se* um erro, o foco em desenvolver as empresas sob a égide do Estado fez com que o monitoramento e a reciprocidade fossem internalizados, o que não permitiu o desdobramento de uma relação colaborativa entre empresas e o governo (Schneider, 2015).

Por fim, ao se observar o comportamento da taxa de câmbio brasileira. a partir da década de 1980, é possível identificar períodos de apreciação sucessivamente seguidos de repentinas desvalorizações, que são frutos de desequilíbrios no balanço de pagamentos e crises

globais ou nacionais de cunho econômico ou político. Ademais, a partir dos anos 2000 o câmbio sofreu uma acentuada valorização e passou a ser usado como âncora para a inflação (Marconi, 2017). Da metade da década de 1960 até o final dos anos 1970, o câmbio se manteve estável. Entretanto, essa estabilidade foi associada a uma medida de proteção ao mercado interno e não a uma estratégia de exportação de manufaturas. Como apontado na seção anterior, a Coréia por outro lado, prezou por um ambiente macroeconômico favorável ao florescimento da indústria e uma dinâmica exportadora. No tocante a taxa de câmbio, atentou-se para mantê-la em um patamar que possibilitasse a competitividade das indústrias que buscou desenvolver nos moldes do que vem sendo elucidado pelo novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro, 2016).

Gráfico 12 - Taxa real de câmbio (R\$/US\$) - em reais a preços de janeiro de 2017



Fonte: Marconi, 2017.

BIBLIOGRAFIA

AMSDEN, A. *Asia's next giant: South Korea and the late industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

_____. *A ascensão do "Resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Key Indicators for Asia and the Pacific 2017*. Disponível em: <https://data.adb.org/search/field_tags/key-indicators-751/type/dataset>. Acesso em: 25/05/2018.

BARBOSA, Nelson; MARCONI, Nelson; PINHEIRO, Maurício Canêdo; CARVALHO, Laura (Orgs.). *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Neutralizing the Dutch Disease*. Working Paper EESP/FGV 476, 2017.

_____. *A Construção Política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luís; MARCONI, Nelson. *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. 1st ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Tradução de Cristina Bastos Tigre Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CHUNG, Jin-Young. *South Korea Strategies for Dynamic Transformation: 1961-88*. In; LIM, Gill-Chin; CHONG, Wook (Org.). *Korea, NICs and Beyond*. Seoul: Myung-bo Publishing Company, 1990.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni.; STIGLITZ, Joseph. (Orgas.). *Industrial Policy and Development, the political economy of capabilities accumulation*. New York: Oxford University Press, 2009.

FURTADO, Celso. *Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro, 2000.

GALA, Paulo. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão das riquezas das nações*. 1st ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

_____. *Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento*. Tese, 2006.

JOHNSON, CHALMERS (1982). *MITI and the Japanese Miracle, 1925-1975*. Palo Alto: Stanford University Press.

KOREA INTERNATIONAL TRADE ASSOCIATION. *Foreign Trade Statistics by SITC*. Disponível em: <http://kita.org/kStat/byCom_SpeCom.do>. Acesso em: 25/05/2018.

LEWIS, Arthur Lewis (1954). "Economic development with unlimited supply of labor". *The Manchester School* 22 (2): 139-191.

MARCONI, Nelson. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. *Estudos Avançados*, vol.31, no.89, IEA/USP, São Paulo, Jan./Apr. 2017.

MAZZUCATO, Mariana. *The entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London: Anthem Press. 2013.

OREIRO, José Luís; Feijó, Carmem. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, June 2010.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Cepal, COFECON, Record, 2000.

REINERT, Erik. *Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres*, 1st ed. Tradução de Caetano Penna. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ROCHA, Igor. *Essays on Economic Growth and Industrial Development: A Comparative Analysis Between Brazil and South Korea*. PhD Dissertation, University of Cambridge, 2015.

RODRIK, Dani. *The past, present, and future of economic growth*. Working Paper 1. Global Citizen Foundation, 2013.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul (1943) "Problems of industrialization in Eastern Europe and South-Eastern Europe", *Economic Journal* 53, June 1943: 202-211.

WADE, Robert (1990). *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

STUDWELL, Joe. *How Asia Works: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region*. Grove Press: New York, 2013.

SCHNEIDER, Ben Ross. The developmental state in Brazil: comparative and historical perspectives. *Revista de Economia Política*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 114–132, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000100114&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 22 maio. 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações 1964). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro, 2000.

WORLD BANK DATA. Brazil. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em: 20/05/2018.

_____. Republic of Korea. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/korea-rep>>. Acesso em: 20/05/2018.